



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

A FAMILIATURA DO SANTO OFÍCIO NO SERTÃO DA BAHIA: TRAJETÓRIA E TRÂNSITO CULTURAL NO SÉCULO XVIII.

Priscila Machado da Silva*
(UESB)

Isnara Pereira Ivo**
(UESB)

RESUMO

A trajetória de Miguel Lourenço de Almeida, Familiar do Santo Ofício insere-se no contexto dos trânsitos culturais e da mobilidade social e econômica, empreendidas a partir do processo de mundialização ibérica iniciada no século XV. Entender como as estruturas lusitanas, como por exemplo, o Tribunal do Santo Ofício se fizeram presentes na colônia permite ampliar o olhar a partir da trajetória deste Familiar que a partir do século XVIII encontrava-se no sertão da Bahia vivendo como homem de negócio, assim como de seus descendentes, grandes proprietários rurais que foram destaque na história dos sertões baiano.

PALAVRAS-CHAVE: América Portuguesa; Sertão da Bahia; Trânsito Cultural.

INTRODUÇÃO

Em meados do século XVIII, um Familiar do Santo Ofício encontrava-se no sertão da Bahia vivendo como “homem de negócio”, realizando transações agrícolas e comerciais, de compra e venda de seus animais e de produtos cultivados em suas terras. Nascido por volta de 1708, em Portugal e natural de

*Graduanda em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. E-mail: priscilamachado.silva@gmail.com

** Orientadora. Professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. E-mail: narapivo@yahoo.com.br

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Camarõens, freguesia de São Pedro do Almargem do Bispo, no conselho de Sintra, distrito de Lisboa, Miguel Lourenço de Almeida marcou sua trajetória após adquirir o título de Familiar da Inquisição em setembro de 1744; sob o reinado de Dom João V (1706-1750)

Para compreender a mobilidade social e econômica de Miguel Lourenço de Almeida, optou-se por inserir sua trajetória no contexto da mundialização ibérica, iniciada a partir do século XV, que intensificou contatos entre diversas culturas de todas as partes do mundo. Para Ivo (2009) o processo de expansão europeia, impulsionada pelo desenvolvimento técnico e científico juntamente com o descobrimento de novas terras, fomentou a circulação de pessoas ambicionadas pelos movimentos econômicos das Coroas ibéricas em busca de novos territórios a fim de explorar e conquistar. A inserção de inúmeros indivíduos nas aventuras coloniais proporcionou ao longo dos séculos a conexão entre universos distintos e antes incomunicáveis, a exemplo a chegada de europeus na América. (Ivo, 2009)

Gruzinski (2001) chama de processo de mundialização ocorrido a partir do século XV primeiro na África e depois aqui na América, o projeto concebido e implementado principalmente por Portugal e Espanha em escala planetária, marcado pela interação definitiva de culturas e de mercados. Segundo Gruzinski (2001, p.6), “a monarquia católica recobre um espaço que reúne vários continentes; aproxima e conecta várias formas de governo, de exploração e de organização social [...]”. A capacidade de por em movimento em todo o planeta os barcos, os homens, as coisas e também as idéias; apoiou-se na monarquia católica, ou seja, este império ancorou um fenômeno de transformações que reuniu uma diversidade de costumes e práticas.

Em meio a este espaço colonial, foram introduzidas instituições e práticas oriundas de outros continentes. O impacto das instituições europeias provocou efeitos en retour. Estabelecido

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

em Goa, na Cidade do México e em Lima, o Santo Ofício teve de controlar povoações e extensos territórios que transformaram as modalidades e o alcance de sua ação. (GRUZINSKI, 2001 p. 6).

Esse expansionismo europeu ampliou os horizontes, difundindo influências nos comportamentos e nos aspectos rotineiros de vários cantos e pessoas. Viabilizaram os contatos promovendo a relação com outras populações por meio da língua, dos livros, da pintura, dos saberes e da cultura. Gruzinski (2001) salienta que uma das principais características da monarquia católica é justamente sua presença em lugares tão afastados no espaço e na história. De acordo com o autor, torna-se errado reduzir a monarquia católica somente ao espaço ocidental, ao contrário, este deve ser entendido como um espaço dilatado, “um espaço que anexa ou procura capturar outros espaços sem porém absorvê-los”. (GRUZINSKI, 2001 p. 9).

A África, segundo Costa e Silva (2002), também foi palco dos primeiros movimentos dos europeus. Os “lançados”, como designavam os indivíduos deixados na costa da África, constituíam-se de brancos, mulatos, mestiços, escravos e até cristãos-novos. Alencastro (2000, p.48) acentua que: “Vestindo-se como nativos, entalhando no rosto as marcas das etnias locais, os lançados foram os primeiros portugueses – os primeiros europeus – a se adaptarem aos trópicos”.

Todos vivendo sob múltiplas relações sociais e culturais, estabelecendo laços de convivência e de interesses no continente. “Lançados”, isto é, dejetos, jogados fora dos navios, pobres-diabos expatriados pela penúria rural e urbana metropolitana para mercadejar a pilhagem africana para a economia-mundo. (ALENCASTRO, 2000, p. 49). Esses homens, “deixados” na costa africana promoviam o contato entre a população nativa e os europeus facilitando a comunicação e o comércio propiciado pela experiência e informações adquiridas.

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Gilberto Freire (2004) destaca como a política colonial fornece o alicerce para que esses homens se movimentassem ambicionados pelas conquistas e descobertas. “Os indivíduos de valor, guerreiros, administradores, técnicos, eram por sua vez deslocados pela política colonial de Lisboa como peças em um tabuleiro de gamão: da Ásia para a América ou daí para a África [...]” (FREYRE, 2004, p. 70). Algumas características foram fundamentais para o sucesso obtido pelos portugueses na América. A mobilidade destacada pela grande capacidade de locomoção desses indivíduos ambicionados pela conquista de espaços, juntamente com sua facilidade em adaptar-se a culturas tão diversas e a novas terras provocando a mescla de populações tão antagônicas verificadas em sua miscibilidade, nos permite compreender como se tornaram vitoriosos em seus empreendimentos.

São estes indivíduos, administradores, comerciantes, guerreiros, que segundo Gruzinski (2001) podemos chamar de mediadores culturais. Enquanto mediadores promovem o diálogo entre culturas diversas interagindo práticas, tradições e hábitos, capazes de aproximar culturas rompendo as barreiras espaciais e temporais, assim como o português e Familiar do Santo Ofício Miguel Lourenço de Almeida estabelecendo a mediação entre o sertão e o império português cristão.

O processo de interiorização da metrópole que Silva Dias (2005) chama atenção em seus estudos nos permite compreender de que forma os interesses portugueses no Brasil e das ações dessas pessoas vindas do governo português viabilizaram o enraizamento das instituições do Império português na Colônia motivando a penetração rumo ao interior. A exemplo do que Ivo (2009) constatou ao analisar as trajetórias de Pedro Leolino Mariz, João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Silva (2005, p. 92) afirma que “Desde finais do Quinhentos a Coroa incentivou de forma mais agressiva as entradas no sertão”. O incentivo as entradas esteve ancorada na busca incessante de riquezas, como por exemplo, o ouro, e como recompensas pelas descobertas e conquistas os indivíduos recebiam mercês.

Neste sentido situa-se a trajetória de Miguel Lourenço de Almeida, personagem lusitano que desloca de sua terra de origem em direção a colônia, tornando-se proprietário rural e “homem de negócio” no universo dos sertões e adquire o título de Familiar do Santo Ofício. Assim, como os homens de sua época no qual se movimentavam pelo desejo de enriquecimento Lourenço de Almeida conquistou riquezas e fortuna, ligando-se diretamente ao sertão baiano.

Sobre a origem de Lourenço de Almeida ao que se sabe este não era nobre, nem pertencente à família de pequena nobreza, filho de José Lourenço e Domingas João seu sobrenome “Almeida” veio do padrinho de batismo, Dom Lopo de Almeida, senhor das terras da freguesia e protetor da sua família. Segundo Santos Filho (1956, p. 5) “Miguel Lourenço adquiriu as terras no sertão da Bahia de foreiros dos descendentes de Guedes de Brito [...]”. Tanajura (2003) salienta que as terras pertenciam anteriormente ao Padre André Antunes de Maia que herdara do seu pai João Antunes Moreira e as tenham vendido a José de Souza Meira, filho do bandeirante Capitão Francisco de Souza Meira, este então conquistador das terras do atual município de Brumado, em 30 de junho de 1749 de que permaneceu por pouco tempo de posse da fazenda e, em 1755, vendeu-a ao Familiar do Santo Ofício Miguel Lourenço de Almeida.

No Brasil, Lourenço de Almeida foi “Homem de negócio”, ou seja, os indivíduos pertencentes à elite econômica colonial. Ocupou o cargo de serventuário do “Tribunal dos Ausentes” cargo incumbido de arrecadar custos, acompanhar e administrar as rendas; também “contador” na Vila da Barra, povoado do sertão de Rodelas. Depois supõe-se que retornou a Lisboa onde



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

requereu o título de Familiar do Santo Ofício, residindo na capital por algum tempo e, em 1755, já se encontrava no Brasil onde se tornou fazendeiro do Campo Seco, nome designado a propriedade adquirida. (SANTOS FILHO, 1956).

O cargo pertencente ao Tribunal do Santo Ofício que Miguel Lourenço de Almeida adquiriu, é o de Familiar da Inquisição. Os Familiares eram agentes “leigos” e faziam parte do corpo da Inquisição, o título era concedido a pessoas de boa família que passavam por um processo de habilitação, ou seja, uma investigação criteriosa para comprovar sua competência e “limpeza de sangue”. De acordo com Calainho (2006), o mito da pureza de sangue presente desde a Idade Média foi ganhando características significativas ao longo dos séculos XV e XVIII, estabelecendo uma separação entre os “limpos de sangue”, representado pelos brancos e cristãos-velhos e as chamadas “raças infectas” caracterizando os judeus, cristãos-novos, negros, mulatos, índios e ciganos.

Desta forma, o critério da “limpeza de sangue” tornava-se indispensável na medida em que evidenciava se o requerente tinha misturas com outras “raças” ou se seus antepassados, através da busca genealógica, tinham “sangue infecto” ou algum envolvimento em crimes na Inquisição. Além disso, deveriam dispor de fortuna pessoal suficiente para se viver, pois lhes exigiam deslocamentos e isso necessitava de custos, embora recebessem uma quantia pelo seu serviço durante o período em que as inquirições para o Santo Ofício eram feitas.

Quanto à função desempenhada pelos Familiares nas atuações do Santo Ofício estes seria uma espécie de auxiliar local das atividades da Inquisição, incumbidos de funções que iam desde executar os mandados de prisão até os procedimentos de encaminhamento de denúncias, funções estas elencadas no regimento uma espécie de normas e regras que controlavam as atuações dos funcionários dessa instituição. Cabe ressaltar também que grande parte dos homens que



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

estavam ligados ao Tribunal inquisitorial, eram homens de negócio, ou seja, estavam ligados ao ramo do comércio.

Para Calainho (2006), é importante frisar que a relação dos homens de negócio à grande procura pelo cargo no Santo Ofício esta diretamente vinculada aos privilégios que o posto concede, ou seja, a isenção de impostos diante de suas atividades mercantis honra e status social, visto que dinheiro esses indivíduos possuíam, mas ambicionavam o enobrecimento que o título proporcionava. Além disso, a profissão de comerciante ou mercador proporcionava o trânsito e o contato constante de pessoas e lugares:

O ir e vir da Colônia para a Europa, as viagens entre as Capitâneas para compra e venda de produtos os mais variados, assim como o deslocamento entre diversos pontos da cidade, possibilitavam o conhecimento de um rol extenso de pessoas, de situações, de histórias. Talvez fosse estratégia do Santo Ofício privilegiar agentes com tal mobilidade, que ficavam de olhos bem abertos a qualquer circunstância ou fato suspeito. (CALAINHO, 2006, p. 98).

Contudo, antes mesmo do Familiar fixar-se em terras do Campo Seco, o mesmo teve uma rápida estadia no “Sertão de Rio de Contas”. Naquele período Rio de Contas prosperava por conta da extração aurífera, sendo povoada por bandeirantes paulistas e mineiros, garimpeiro de diamantes e habitada por homens de negócio e comerciantes que ambicionados pela riqueza do lugar ramificaram pelos seus arredores.

Casado com Ana Francisca da Silva, nascida e criada às margens do Rio São Francisco precisamente na freguesia do Urubu atualmente Paratinga, o Familiar do Santo Ofício teve oito filhos, sendo estes seis mulheres e dois homens: Manoel Lourenço de Almeida, José Lourenço de Almeida, Micaela Maria de Jesus, Maria Francisca D’assunção, Bibiana Maria de Jesus, Antônia Maria de Jesus, Ana Francisca da Silva e Lauriana Maria de Santo Antônio. Três de suas filhas casou-se

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

com três irmãos descendentes de portugueses e oriundos de Caetité: Antônio, Joaquim e José Pinheiro Pinto.

Esses três grandes proprietários rurais que se entrelaçaram com os descendentes do Familiar foram destaque na história econômica e política dos sertões baianos: Antônio Pinheiro Pinto, Inocêncio José Pinheiro Canguçu e Exupério Pinheiro Canguçu constituíram em peças-chave nos tramas da história da família sertaneja. O primeiro deles, Antônio Pinheiro Pinto, genro de Miguel Lourenço de Almeida, casou-se Bibiana Maria de Jesus uma das seis filhas do familiar e tornou-se o segundo proprietário da fazenda Campo Seco. Assim como o genro, Pinheiro Pinto foi comerciante na fazenda extraindo rendimentos e se dedicando as diversas atividades econômicas como, por exemplo, o plantio e o comércio do algodão e de mantimentos como mandioca, feijão, arroz e milho, além de criação de gado, caprinos e suínos em suas terras.

De todos os meios de se extrair lucros, o segundo senhor do Campo Seco assim como os proprietários rurais da colônia, tinha uma vasta escravaria empreendendo-a nas diversas ocupações e ofícios. Como na maioria das fazendas o negro constituía a mão-de-obra essencial para o trabalho sendo sua força utilizada tanto no ambiente rural quanto nos afazeres mais variados e domésticos.

Desde o período em que o Familiar encontrava-se a frente da fazenda, Santos Filho observa que: “Miguel Lourenço possuiu numerosos escravos. Difícil, entretanto, determinar a quantidade exata, pois faltam dados a respeito nos papéis compulsados. Apenas uma vez – e foi no ‘Livro do gado’ – o familiar aludiu aos seus negros.” (SANTOS FILHO, 1956, p. 117).

Outro ponto a destacar é que os negros do genro do Familiar também eram alugados muitas vezes para fazendeiros e proprietários da região incumbidos de realizar diferentes serviços, assim como os “negros de ganho” das cidades do sul, e como grande negociante que foi, soube Pinheiro Pinto lucrar de todas as formas.

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Antônio Pinheiro Pinto retrata a figura de um senhor de múltiplas facetas, um homem de negócio em todos os sentidos, um indivíduo capaz de acumular fortuna através da gama de variedades de empreendimentos seja como comerciante, agricultor, criador, capitalista, fornecedor e caixeiro de armazém. Estabeleceu laços comerciais de diferentes formas e constituiu-se num verdadeiro negociante para seu tempo, tornando-se um dos homens mais ricos da região.

Do casamento de Pinheiro Pinto com a filha do Familiar do Santo Ofício, nasceram Inocêncio José Pinheiro Pinto (Canguçu) e Zeferina Maria de Santo Antônio. A morte de Antônio Pinheiro Pinto, de acordo com informações e especulações locais, foi conseqüência de ferimento por arma branca, uma faca, provocado por um de seus escravos em 1822 falecendo onze ou doze meses após o atentado. Assim como aconteceu com o Campo Seco, partilhado com os herdeiros devido à morte de Miguel Lourenço de Almeida, com o falecimento de Antônio Pinheiro Pinto acarretou na repartição das terras e fazendas deixadas aos familiares.

Inocêncio José Pinheiro Pinto (Canguçu) neto do Familiar foi o terceiro senhor das terras, nascido em 1795, estava com 27 anos quando seu pai faleceu. Após a morte do avô e do seu pai, dividiu os bens deixados com os demais familiares e continuou administrando os negócios deixados, poucas informações se têm sobre Inocêncio e sua trajetória a frente dos negócios da fazenda.

Os descendentes de Pinheiro Pinto relacionavam-se com as principais famílias da região, e dividiam com ela o espaço político, social e econômico do sertão baiano. Inocêncio Pinheiro Canguçu foi maior proprietário do que o pai ou o avô adquiriu muitas terras tanto na Bahia quanto em Minas Gerais. Casado com Prudência Rosa teve dez filhos, exceto os que morreram na infância e mais dez com outras mulheres; destacando entre eles Leolino, morto numa luta que travou entre sua família e a Moura e Castro, e Exupério Pinheiro Canguçu.

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Exupério Pinheiro Canguçu, na genealogia familiar seria o quarto senhor do Campo Seco e também o de maior prestígio, homem respeitado, dedicou-se a família e aos assuntos políticos de sua época. Santos Filho (1956, p.56) refere que, “O sertão conheceu Exuperio Canguçu como um homem que sabia latim e não errava um tiro”. Nascido em 24 de setembro de 1820 no Sobrado do Brejo onde cresceu e passou a maior parte de sua infância, aproximadamente aos quinze anos de idade seguiu para Salvador onde estudou e preparou-se intelectualmente. Segundo Santos Filho cabe ressaltar o gosto que o quarto senhor do Campo Seco tinha pela leitura destacando o latim e o francês, possuindo muitas obras literárias o fazia um constante incentivador para a aquisição de conhecimentos.

Exupério Pinheiro Canguçu casou-se com sua prima-irmã Umbelina Bárbara Meira, filha de seus tios Antônio de Sousa Meira e Zeferina Maria de Santo Antônio, no Sobrado do Brejo em 16 de julho de 1838, tendo Exupério aproximadamente dezessete anos de idade. Apreciava tanto o gosto pela leitura que transformou um dos quartos do Sobrado em sala de aulas para seu nove filhos.

O último senhor do Brejo do Campo Sêco, diferentemente de seus antepassados que não tiveram ligação com a vida política através de cargos político-administrativos, Exupério foi vereador em Caetité, capitão e coronel-comandante Superior da Guarda Nacional no município. Falecendo aproximadamente em 1900 no Sobrado.

A fazenda do Campo Seco ou do Brejo foi palco de inúmeras relações sociais e econômicas dos séculos XVIII e XIX. Durante as várias gerações e senhores, estabeleceu seus personagens como figuras essenciais para a História e as tramas do contexto nacional. Como foi visto a partir do empreendimento do primeiro senhor, Miguel Lourenço de Almeida, “os sertões” conseguiram mais um dinamizador de suas fronteiras que manteve contatos e que protagonizou inúmeras histórias.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

A própria história da Fazenda do Campo Seco e seu progresso entrelaçam na história de vida de seus moradores, como brilhantemente acentua Santos Filho, em sua ascensão (Miguel Lourenço e Pinheiro Pinto), seu apogeu (Inocêncio e Exuperio Canguçu), seu declínio e seu ocaso (Exupério).

Com Miguel Lourenço verifica-se o incremento da pecuária e a intensificação do comércio com a região de Minas, onde bois e cavalos se trocavam por ouro. Sob Pinheiro Pinto assiste-se ao fastígio alcançado pela lavoura do algodão, que então assume acentuada expressão econômica. Inocêncio viveu ainda à custa do comércio pastoril e algodoeiro. E Exuperio assistiu, dentro do Nordeste, ao declínio e fim de sua prosperidade. (SANTOS FILHO, 1956. p. 71).

A trajetória de Lourenço de Almeida nos permite compreender de que forma o espaço sertanejo estava imbricado em inúmeras relações sociais, econômicas ou políticas e que só se tornaram possíveis pelos constantes movimentos de pessoas que se deslocaram de seus espaços em direção a outros, impulsionados pelas aventuras e conquistas, permitindo o contato contínuo entre diferentes culturas. Paiva (2001, p. 32) ao destacar o universo cultural da colônia marcado pela pluralidade e pela mobilidade salienta que “brancos, negros, indígenas e mestiços [...] construíram um mundo marcado pela pluralidade e mobilidade”.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

CALAINHO, Daniela. **Agentes da fé: familiares da Inquisição portuguesa no Brasil Colonial**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 49ª. ed. São Paulo: Global, 2004.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories**. Rio de Janeiro: Revista Topoi, mar. 2001, pp. 175-195. Disponível em: www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi02/topoi2a7.pdf.

IVO, Isnara Pereira. **Homens de Caminho: trânsito, comércio e cores nos sertões da América portuguesa- Século XVIII**. 387 p. Tese (doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: UFMG, 2001. 285p.

SANTOS FILHO, Licurgo. **Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos sec. XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia**. São Paulo: UNESP, 2005.

TANAJURA, Mozart. **História de Livramento: a terra e o homem**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 2003.